cargo de Agente de PORTARIA, lotada na Secretaria de Estado de Educação; Processo TC 016524/2021 – Aposentadoria consubstanciada na PORTARIA AP nº 2886, de 26/11/2020, em favor de PAULA RUTH LEAL MARINHO, no cargo de Auxiliar de Informática - Área de Saúde, lotada na Secretaria de Estado de Saúde Pública.

ACÓRDÃO N.º 63.991**(Processo TC/501170/2018 e TC/521600/2018)****Assunto:** APOSENTADORIAS**Requerente:** INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.**Relator:** Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro dos atos, abaixo discriminados:

Processo TC 501170/2018 – Aposentadoria consubstanciada na PORTARIA AP nº 2108, de 23/11/2015, em favor de JOSE ANTÔNIO PINHEIRO BARATA, no cargo de no cargo de Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, Classe C, lotada na Secretaria de Estado da Fazenda;

Processo TC 521600/2018 – Aposentadoria consubstanciada na PORTARIA AP nº 1443, de 16/04/2018, em favor de MARIA SUELY SANTANA DIAS, no cargo de Professor, Classe Especial, Nível K, lotada na Secretaria de Estado de Educação.

ACÓRDÃO N.º 63.992**(Processo TC/517791/2014)****Assunto:** PENSÃO CIVIL**Requerente:** INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**Relator:** Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do relator, com fundamento nos art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do Ato de Pensão Civil, consubstanciada na PORTARIA PS nº 0620, de 12.04.2013, em favor de RICCARDO GABRIEL DA SILVA MORAES, ADRIAN RAFAEL PEREIRA DE MORAES e RENATO CAVALCANTE MORAES, dependentes do ex-segurado Roberto Silva Moraes.

ACÓRDÃO N.º 63.993**(Processo TC/007635/2021)**

Assunto: Representação com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa VIGILANTE TRIÂNGULO LTDA. em razão de supostas irregularidades praticadas na condução do Pregão Eletrônico nº.015/2021, promovido pelo Banco do Estado do Pará.

Relator: Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do Voto do Relator, com fundamento no art. 290 do RITCE/PA c/c o art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil, extinguir sem resolução do mérito, com o consequente arquivamento do processo que trata da representação formulada pela empresa Vigilante Triângulo Ltda, em face do Pregão Eletrônico nº.015/2021, promovido pelo Banco do Estado do Pará.

ACÓRDÃO N.º 63.994**(Processo TC/011148/2021)****Assunto:** ADMISSÃO DE PESSOAL**Requerente:** SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA**Formalizador da Decisão:** Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do relator, com fundamento no art. 34, inciso I e parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro dos Atos de Admissão de Servidores Temporários firmados entre a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – MARIVALDO DE JESUS FERREIRA GOMES, KELLY CORREA LIMA, MEIRIZÂNGELA CONCEIÇÃO VON PAUMGARTEN, IVONE NAZARÉ MONTEIRO DE MORAES, LINDEMBERG MONTEIRO DOS SANTOS, SUZANA DE SOUSA DA LUZ, SILVANA DO SOCORRO CASTRO DE SOUZA, OMAIZE DA CRUZ MENDES, MAYRA MOURA MOREIRA e ANTONIO SERGIO DE SOUZA JUNIOR.

ACÓRDÃO N.º 63.995**(Processo TC/523016/2020)**

Assunto: Representação formulada pelo Ministério Público de Contas em face da Secretaria de Estado de Educação, em razão de supostas irregularidades no âmbito da contratação da empresa Kaizen Comércio e Distribuição de Produtos Alimentícios Eireli, decorrente da Dispensa de Licitação nº 01/2020-NLIC/SEDUC, que culminou no Contrato n. 032/2020-SEDUC. **Proposta de decisão:** Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA **Formalizador da Decisão:** Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (§ 2º do art. 191 do Regimento)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 1º, inciso XVII, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

- 1) Conhecer da representação formulada pelo Ministério Público de Contas e, no mérito, julgá-la improcedente;
- 2) Determinar a juntada de cópia desta decisão à Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Educação, referente ao exercício de 2020, para conhecimento dos fatos ora apreciados e análise das medidas atinentes à rescisão contratual.

ACÓRDÃO N.º 63.996**(Processo TC/514550/2011)****Assunto:** Prestação de Contas relativa ao Convênio SEDUC nº 031/2010 e Termos Aditivos**Responsáveis/Interessados:** CLEUMA MARIA BEZERRA DE OLIVEIRA e PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA**Advogada:** JUCENILDA TAVARES DA SILVA, OAB/PA nº15.462**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA**Formalizador da Decisão:** Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR (Art. 191, §3º, do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 56, inciso I, c/c o art. 60 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas de responsabilidade da Srª. CLEUMA MARIA BEZERRA DE OLIVEIRA, Ex-Prefeita do Município de Primavera, no valor de R\$ 233.536,52 (duzentos e trinta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta e dois centavos), e dar-lhe plena quitação.

ACÓRDÃO N.º 63.997**(Processo TC/004498/2021)****Assunto:** ADMISSÃO DE PESSOAL**Requerente:** SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto DANIEL MELLO**Formalizador da Decisão:** Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA, (Art. 191, §3º do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 34, inciso I e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, deferir, o registro dos atos de admissão em favor, CARLOS ALEXANDRE GATINHO DE SOUZA, AUGUSTO PITAUAN DE CASTRO, LEONARDO DA SILVA ROSAS, GLAUBER DA SILVA ARACATY, ELIAS PAULO MACEDO NETO, WELLINGTON DA CONCEIÇÃO MATOS, LUCAS VALENTIM NOVAES DA ROCHA, FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES COSTA, LUIS AUGUSTO BARROS SILVA e GIOVANNE DAS NEVES VALE DE BRITO, aprovados em concurso público realizado pela, Secretaria de Estado de Educação.

ACÓRDÃO N.º 63.998**(Processo TC/015630/2021)****Assunto:** ADMISSÃO DE PESSOAL**Requerente:** SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto DANIEL MELLO**Formalizador da Decisão:** Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA, (Art. 191, §3º do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 34, inciso I e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1 - deferir, em caráter excepcional, o registro dos atos de admissão de pessoal, firmados entre a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – ALQUINO DA SILVA SÁ, MANOEL LOPES MENDONÇA NETO, FRANCISCA JEICE COSTA DOS SANTOS, ANTONIO JAILSON SOUZA DA SILVA, JOSEILTON CORREA DA SILVA, ELILIANE DE SPUZA PINTO, WEBERSON NAZARENO SILVA DOS REIS e OTTO JORGE DA SILVA NANEZ;

2 - determinar à SEDUC que realize concurso público para provimento de cargos efetivos vagos até o dia 31 de janeiro de 2024.

ACÓRDÃO N.º 63.999**(Processo TC/500167/2018)****Assunto:** APOSENTADORIA**Requerente:** INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto DANIEL MELLO**Formalizador da Decisão:** Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES, (Art. 191, § 3º do RITCE/PA).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos das Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de aposentadoria consubstanciada na PORTARIA AP nº 2.229, de 28/08/2013, em favor de MARIA DO SOCORRO DE ALMEIDA MONTEIRO, no cargo de Professor Classe Especial, Nível I, lotada na Secretaria de Estado de Educação

ACÓRDÃO N.º 64.000**(Processos TC/008969/2021, TC/009130/2021, TC/014688/2022, TC/014773/2022, TC/016303/2021, TC/016694/2021, TC/016703/2021 e TC/016864/2021)****Assunto:** APOSENTADORIAS**Requerente:** INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto DANIEL MELO**Formalizador da Decisão:** Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO, (§ 3º do art. 191do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos das Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro dos atos abaixo identificados:

Processo TC/008969/2021: Aposentadoria consubstanciada na PORTARIA AP nº. 1.596, de 10/07/2020, em favor de JUDITE MELO PARANATINGA, no cargo de Agente de PORTARIA, lotado na Secretaria de Estado de Educação;

Processo TC/009130/2021: Aposentadoria consubstanciada na PORTARIA AP nº. 211, de 18/05/2021, em favor de SINTIQUE SILVA DE SOUZA, no cargo de Motorista, lotado na Secretaria de Estado do Meio Ambiente;

Processo TC/014688/2022: Aposentadoria consubstanciada na PORTARIA AP nº. 2676, de 15/09/2021, em favor de MANOEL RAIMUNDO DA SILVA GOMES, no cargo de Braçal, lotado na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca;

Processo TC/014773/2022: Aposentadoria consubstanciada na PORTARIA AP nº 413, de 02/02/2022, em favor de DISSÉIA DA SILVA MAIA, no cargo de Agente de PORTARIA, lotada na Secretaria de Estado de Educação;

Processo TC/016303/2021: Aposentadoria consubstanciada na PORTARIA AP 1.867, de 01/10/2015, em favor de JANICE LOBATO MESQUITA, no